

Ao gosto dos empresários

Em sabatina na CNI, Dilma, Aécio e Campos prometem reforma tributária que não sai do papel

CATARINA ALENCASTRO, FERNANDA KRAKOVICS,
JÚNIA GAMA, MARIA LIMA E SIMONE IGLESIAS
opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA No primeiro evento com os três principais candidatos à Presidência da República, realizado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresariado brasileiro ouviu de todos os postulantes promessas de uma reforma tributária que desonere e simplifique a vida do setor até 2018. Apesar de nenhum governo até hoje ter tido sucesso na iniciativa, a presidente Dilma Rousseff disse que priorizará a reforma em um eventual segundo mandato, enquanto Eduardo Campos (PSB) garantiu uma reforma logo no primeiro ano de governo. Aécio Neves (PSDB) prometeu iniciar uma “simplificação” do sistema tributário.

As promessas foram bem recebidas pelos representantes da indústria, um dos setores que mais sofrem com o baixo crescimento do país e que vem registrando uma queda gradativa de participação no PIB, de 25% na década de 80 para 13% agora. As queixas mais recorrentes sobre a desindustrialização — o baixo nível de investimento, o complexo e pesado sistema tributário, a infraestrutura deficiente e os custos salariais que crescem mais que a produtividade — foram ouvidas pelos candidatos nas perguntas feitas pelos empresários e tratadas com promessas de respostas rápidas.

Assim como os demais candidatos, Dilma destacou que a força de um governante no primeiro ano de mandato é um facilitador na tomada de decisões polêmicas. A presidente disse que num segundo governo dará prioridade a uma reforma tri-

butária, executada de forma global ou fatiada:

— No primeiro ano os governos têm maior força política. Nós daremos prioridade, como sempre demos, à agenda da reforma tributária, tentaremos sempre uma reforma abrangente. Iremos perseguir essa reforma mesmo quando a conjuntura não for a mais favorável: tendo como base a simplificação e a desburocratização.

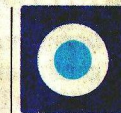
Aécio assumiu o compromisso de apresentar ao Congresso uma proposta de simplificação do sistema tributário.

— Vamos enfrentar a simplificação do sistema tributário na largada do governo. Não vai me faltar coragem desde o primeiro dia de governo para tomar as medidas necessárias para que o Brasil encerre esse ciclo perverso e possa apontar para um longo ciclo de crescimento sustentável, de geração

de renda e de desenvolvimento social — destacou.

Campos afirmou que seria o primeiro presidente a não aumentar impostos caso seja eleito. E foi aplaudido ao assegurar a reforma que, em seu modelo, terá alguns pontos em vigor imediatamente e outros a serem discutidos.

— Temos que mudar o sistema tributário arcaico. A reforma não saiu durante o governo FHC e também no governo Lula, por conta da divisão federativa. Serei o presidente que irá enviar no primeiro ano o projeto de reforma tributária, vou tomar conta da articulação pessoalmente — prometeu. ●



NA WEB
bit.ly/1ld3ozS

Momento a momento: veja como foi a sabatina

DILMA ROUSSEFF (PT)

‘Muitos conspiram contra o financiamento público’

JORGE WILLIAM



Farpa. Dilma. “No passado, governo virou as costas para indústria nacional”

A presidente Dilma Rousseff gastou boa parte de seu tempo na sabatina da CNI listando os feitos de seu governo na área econômica. Demonstrou segurança quando questionada por empresários e foi aplaudida ao reiterar sua proposta de fazer uma reforma política com ampla consulta popular, recorrendo a um plebiscito. Esse projeto surgiu no ano passado, depois que mais de um milhão de pessoas foram às ruas protestar.

Outra proposta apresentada pela presidente que contou com apoio da plateia empresarial foi a de uma reforma tributária. Dilma reconheceu a dificuldade de encontrar apoio suficiente no Congresso para aprovar tal iniciativa, mas disse que se for reeleita levará o plano a cabo com ou sem clima entre os parlamentares.

Se não houver acordo, disse, será feita “por partes”. — Eu acredito que é muito mais difícil passar reforma integral, completa, porque o processo negocial fica muito complexo. No primeiro ano, os governos têm maior força política, então é possível fazer essa tentativa — afirmou.

Segundo ela, um dos eixos fundamentais de um eventual segundo governo é a expansão da política de desoneração de impostos, que já atinge 56 setores produtivos. Ela rebateu críticas sobre os incentivos dados à indústria:

— Eu me pergunto em que situação estaria a nossa indústria se não tivéssemos adotado medidas anticíclicas e estímulos à produção e ao emprego no Brasil nos últimos anos. A presidente fez ainda críticas veladas ao PSDB:

— Muitos conspiram aberta ou envergonhadamente contra o

financiamento público pelo BNDES e os subsídios públicos aos investimentos. Tais posições ecoam o passado, quando o governo brasileiro virou as costas para a indústria nacional.

A presidente defendeu os 39 ministérios de seu governo e provocou os adversários Aécio Neves (PSDB) e Eduardo Campos (PSB) a especificar quais pastas cortariam. Resaltou, particularmente, a importância das secretarias da Micro e Pequena Empresa, dos Portos, da Pesca, das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial.

— Querem acabar com o status de ministério que tem a Secretaria das Mulheres? Ela

“Em que situação estaria a nossa indústria sem as medidas anticíclicas?”

permite o empoderamento das mulheres quando se trata de combater a violência. Direitos Humanos, estão querendo acabar com o status de ministério? Então não vamos dar tanto respaldo a toda essa necessidade

de de criar um programa de combate à tortura no Brasil? — questionou Dilma, em coletiva, após a sabatina.

Ela ironizou o fato de seus adversários não especificarem quais ministérios cortariam e disse que está pronta para fazer esse debate:

— Rigorosamente, elas (secretarias) não são um ministério no sentido orgânico da palavra, do tamanho, por exemplo, da Fazenda, mas elas têm um sentido político em ser ministério. Ah, então não é nada disso, então é o quê? Eu gostaria de saber. Não pode ser o da Educação, não pode ser o da Cultura, será que é o da Saúde? Com qual ministério eles querem acabar? ●

AÉCIO NEVES (PSDB)

‘Liderar as negociações no Congresso é essencial’

ANDRÉ COELHO



Investimentos. Aécio: “Que possamos saltar de 18% para 24% do PIB”

Previsibilidade, regras claras, segurança jurídica, fim do intervencionismo estatal, aumento de investimentos em infraestrutura e simplificação tributária foram as promessas mais contundentes feitas pelo candidato do PSDB à Presidência, Aécio Neves, a boa parte do PIB nacional reunido ontem na CNI. O tucano se comprometeu a aprovar, no início do seu governo, uma simplificação tributária, com o fim de impostos indiretos, que gerariam uma redução da carga.

Nesse primeiro momento, explicou, seria feita a redução de impostos indiretos para a criação de um IVA, compensação ampla de créditos tributários, controle efetivo e claro dos gastos correntes do governo, redução dos impostos incidentes sobre a mesma base de arrecadação, desoneração de investimentos e exportações, e estabilização de regras para impedir interpretações equivocadas da Receita Federal.

— Não me faltará coragem política, no início do governo, para fazer as mudanças necessárias. Liderar as negociações com o Congresso é essencial para aprovar essa simplificação tributária — defendeu Aécio.

O candidato tucano estabeleceu como meta até 2018 aumentar o nível de investimentos de 18% para 24% do PIB: — Temos necessidade de avançarmos na nossa taxa de investimentos. Vamos estabelecer um desafio para o próximo governo e para o setor produtivo: que possamos ao final de 2018 saltar do patamar que estamos amarrados hoje em

18% do PIB para 24% do PIB em investimentos.

Aécio afirmou ainda que o atual governo atua com “arrogância e unilateralismo” em suas decisões e disse que, em um eventual governo seu, haverá um diálogo permanente com o setor produtivo. O tucano defendeu um resgate da credibilidade do governo e da economia.

— Esse placar de 7 a 1 foi muito triste, principalmente por ter sido em Minas Gerais, mas isso é o que menos me preocupa. O que me preocupa são 7% de inflação e 1% de crescimento que vão ser deixados para nós, se formos eleitos — disse Aécio.

As críticas do tucano aos gar-

galos da economia combinavam com o diagnóstico traçado pelos questionamentos dos empresários que participaram da sabatina. Mas os empresários reagiram com cautela, sem aplausos, às críticas mais virulentas

do candidato à presidente Dilma, que seria sabatinada horas depois. Réu no chamado mensalão mineiro, o ex-deputado Eduardo Azeredo acompanhou a sabatina de todos os presidenciáveis, como convidado da CNI.

Aécio foi aplaudido quando começou a falar das propostas de seu plano de governo para a indústria.

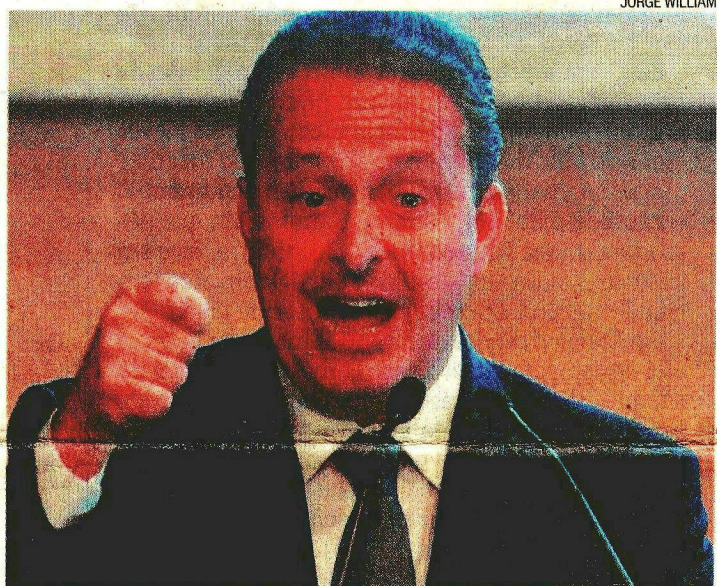
— Em oito semanas vamos escrever uma nova página da História do Brasil. O Brasil não merece o governo que está aí, e quem tem condições de fazer o novo somos nós — afirmou.

Na entrevista coletiva, ele prometeu que reduzirá pela metade o número de ministérios. ●

EDUARDO CAMPOS (PSB)

‘Enviarei proposta de reforma na 1ª semana’

JORGE WILLIAM



Ironia. Campos: “Pensamos que era uma marolinha, e agora vemos o desafio”

Acompanhado de sua vice, Marina Silva, e aplaudido diversas vezes pelo empresariado, o candidato do PSB à Presidência, Eduardo Campos, apresentou-se como a única possibilidade de quebrar o presidencialismo de coalizão exercido nos últimos 20 anos por PT e PSDB, alfinetou os adversários e criticou até o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem vinha poupando. O ex-governador de Pernambuco repetiu diante dos empresários as promessas de fazer uma reforma tributária no primeiro ano de governo e de não aumentar impostos. De olho no voto lulista anti-Dilma, Campos vinha poupando o ex-presidente, mas ontem

ironizou Lula, que, na crise internacional de 2008, disse que os efeitos no Brasil seriam uma marolinha: — Esse conjunto de notícias sobre a economia nos impõe uma reflexão sobre o momento que o mundo vive, de busca de novos valores e conceitos de desenvolvimento após a maior crise do capitalismo. Pensamos que era apenas uma marolinha, mas agora vemos o tamanho do desafio que está posto.

Em outro momento, quando respondia a perguntas de representantes da indústria, Campos apontou uma “falha do governo Lula”, que seria um atraso na regulação de parcerias público-privadas. Depois, em uma crítica indireta, Campos não poupou o governo Lula quando se referiu à alta carga tributária existente hoje no Brasil.

— Aí ninguém escapa. Todos foram aumentando a carga tributária, é o sujo falando do mal lavado — pontuou.

O ex-governador foi aplaudido pela primeira vez ao dizer que o Brasil precisa de um novo padrão de governança e que o presidencialismo de coalizão se esgotou. Criticou o balcão de entrega de ministérios em troca de apoio e governabilidade; e disse que o modelo político no Brasil “esclerosou” e que não há ambiente para competitividade.

Campos se vendeu como a candidatura que será capaz de mudar o sistema de governança “patrimonialista, fisiologista, atrasado, com a cabeça na velha República”.

— Eu e Marina somos a única possibilidade de quebrar o presidencialismo de coalizão — afirmou, provocando o candidato do PSDB, Aécio Neves, que

“Eu e Marina somos a única possibilidade de quebrar o presidencialismo de coalizão”

falaria em seguida, sem citá-lo nominalmente:

— O que vem aí, por mais biografia que tenha, não tem condições de fazer o novo.

Campos citou a incapacidade dos governos anteriores em fazer a reforma tributária e reafirmou que irá

fazê-la no primeiro ano de governo. Ele também negou que vá retirar direitos trabalhistas.

— Serei o primeiro presidente da República que irá mandar a reforma tributária na primeira semana de governo — anunciou, sob aplausos, completando que não vai aumentar a carga tributária em seu governo.

O pernambucano dividiu sua apresentação na defesa de dez pontos, já citados anteriormente. Entre eles, a propaganda “nova política”, que não definiu claramente; uma governança macroeconômica, que melhore o ambiente para investimentos no Brasil; inovação; educação em tempo integral; infraestrutura; desenvolvimento de mercados; e reforma tributária. ●